



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
solenidade de abertura do Ano Judiciário**

Supremo Tribunal Federal – Brasília-DF, 1º de fevereiro de 2010

Meu caro companheiro e amigo José Alencar, vice-presidente da República,

Ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, e
senhora Guiomar Mendes,

Senador José Sarney, presidente do Senado Federal,

Deputado Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados,

Senhor Roberto Gurgel, procurador-geral da República,

Senhora Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil,

Tarso Genro, ministro da Justiça,

Nelson Jobim, ministro da Defesa,

Luís Inácio Lucena Adams, advogado-geral da União,

Jorge Hage, do Controle e Transparência,

Alexandre Padilha, ministro de Relações Institucionais,

E Samuel Pinheiro Guimarães, de Assuntos Estratégicos,

Ministro Carlos Ayres Britto, presidente do Tribunal Superior Eleitoral,

Senhores ministros do Supremo Tribunal Federal,

Ministro Cesar Asfor Rocha, presidente do Superior Tribunal de Justiça,

Ministro Milton de Moura França, presidente do Tribunal Superior do Trabalho,

Ministro Carlos Alberto Marques Soares, presidente do Superior Tribunal Militar,

Senhores presidentes e membros de demais tribunais superiores,

Senhores magistrados, integrantes do Ministério Público,

Senhores representantes dos advogados,



Senhores da imprensa,
Meus amigos e minhas amigas,

Sinto-me honrado em participar mais uma vez desta solenidade na qual, juntos, voltamos a reafirmar a independência e a harmonia sobre as quais se assentam as relações entre os Poderes da República.

Como se sabe, esta é a última vez, nos meus dois mandatos consecutivos, que venho a esta Casa na primeira semana de fevereiro para celebrar a abertura do Ano Judiciário.

Quero desde já, portanto, expressar a minha alegria por ter contado com a oportunidade de conviver com os senhores e as senhoras durante o exercício de nossas funções constitucionais nos últimos sete anos.

Em todos os momentos, mantivemos as relações entre o Judiciário e o Executivo do modo prescrito pela nossa Constituição: nos mantivemos próximos, mas sem perder, em qualquer momento, a nossa independência.

Ao longo dos últimos anos, pudemos contribuir – e estamos contribuindo – para o aprofundamento da democracia em nosso país.

Acredito, aliás, que uma das mais nobres missões que couberam à nossa geração de governantes e de magistrados é justamente essa: deixar, para os que estão por vir, um ambiente democrático ainda mais sólido do que aquele que encontramos quando ingressamos no governo ou na magistratura.

Não podemos nos esquecer, afinal, de que a redemocratização do País ocorreu há apenas 25 anos, e que a Carta Magna irá completar, em 2010, seus 22 anos de existência.

Em termos históricos, isso é muito pouco tempo. É apenas um quarto de século na vida de uma nação que começou a ser formada há 500 anos.

Mas, se olharmos hoje para a solidez de nossas instituições e para a normalidade que pauta os processos judiciais, as eleições e a atividade legislativa, veremos que nossa democracia é forte e saudável, e que carrega



consigo o dinamismo da juventude.

A verdade é que ano após ano, governo após governo, vai ficando ainda mais claro que o conjunto da sociedade brasileira acertou ao escolher a democracia como o caminho a ser trilhado. E ao decidir que é por meio dessa trajetória que se constrói uma nação cada vez mais soberana, próspera, justa e igualitária.

Minhas senhoras e meus senhores,

Dois grandes exemplos do momento virtuoso vivido pelas nossas instituições foram os pactos assinados em 2004 e 2009 pelos três Poderes, com o objetivo de empreender reformas em nosso sistema de Justiça.

O último desses documentos – o Segundo Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo –, assinado em abril passado, já resultou em mudanças na prática judiciária brasileira, seguindo a mesma trajetória de rápida implementação do pacto anterior.

Hoje, menos de um ano após a assinatura do segundo documento, já foram aprovados no Congresso Nacional 13 importantes Projetos de Lei e uma Emenda à Constituição.

Isso só ocorreu – e é preciso ressaltar este ponto – porque o Parlamento fez questão de priorizar a tramitação das propostas do Pacto. Da mesma forma, deu importantes contribuições para sua elaboração e aprimoramento, reafirmando seu compromisso em cooperar para a superação dos gargalos da prestação da Justiça.

Não cabe aqui entrar em detalhe sobre todos os avanços decorrentes das leis aprovadas. Gostaria, contudo, de citar três exemplos:

A criação de 230 Varas da Justiça Federal, que levam para o interior do Brasil a estrutura do Estado e ampliam o acesso à Justiça a grandes setores de nossa população;

A criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública em estados e municípios. Por meio deles, a população poderá protestar, por exemplo, contra



lançamentos fiscais e multas de trânsito indevidamente aplicadas. Isso dará muito mais agilidade e eficiência à resolução dos conflitos que hoje costumam lotar os tribunais;

A lei que fortalece a Defensoria Pública e a transforma em instituição permanente, comprometida com a defesa dos direitos humanos. A partir de agora, a distribuição geográfica das Defensorias irá priorizar as regiões com maior exclusão social e densidade populacional.

Minhas senhoras e meus senhores,

Ao iniciarmos a Reforma do Judiciário sabíamos que o trabalho seria árduo, mas também sabíamos que contávamos, todos, com a dedicação e a vontade necessárias para essa mudança.

Com a criação da Secretaria de Reforma do Judiciário no Ministério da Justiça, conseguimos qualificar a contribuição do Poder Executivo e trabalhar de forma cooperativa com o Poder Judiciário. Hoje, quase oito anos após o início da Reforma, podemos ver como as transformações ocorridas no Judiciário foram profundas e virtuosas.

Os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público estão plenamente implantados e atuam de forma constante na formulação de diretrizes para suas áreas de atuação.

Os institutos da súmula vinculante, repercussão geral e dos recursos repetitivos – criados para dar celeridade aos processos – estão sendo cada vez mais usados em nossa Justiça.

Vinte e cinco meses depois da entrada em vigência da Lei que cria o processo eletrônico, a Justiça Brasileira já contabiliza, em seus tribunais, 2 milhões e 800 mil processos sem papel. E, apenas no Superior Tribunal de Justiça, já existem mais de 100 mil recursos especiais e agravos de instrumento digitalizados.

O Tribunal Superior do Trabalho bateu recorde de produtividade em 2009, julgando mais de 265 mil processos ao longo do ano e reduzindo seu



passivo de processos pendentes para 178 mil. Espero que algum meu tenha sido julgado. Faz tanto tempo...

E o Poder Judiciário, em especial o Supremo Tribunal Federal, tem dado importantes contribuições ao nosso marco jurídico ao julgar matérias de grande repercussão no cotidiano da sociedade brasileira.

Estou falando de casos que vão desde a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol à constitucionalidade da Lei de Recuperação Judicial e Falência. Do reconhecimento do direito de recorrer em liberdade à afirmação da constitucionalidade da legislação que proíbe as importações de pneus usados.

Os exemplos da atuação do Supremo são muitos. Mas eles guardam, em comum, o compromisso da Corte em construir um ambiente juridicamente seguro e estável, componente indispensável para a manutenção de um longo ciclo de desenvolvimento social e econômico do nosso país.

Esses fatos que narrei comprovam que, em todas as suas instâncias, o Judiciário Brasileiro mostra-se sólido e atuante nas missões constitucionais. Mais do que isso: está engajado no prosseguimento das reformas que tornarão o Sistema de Justiça ainda mais rápido e, sobretudo, acessível à população.

Quero, portanto, agradecer e dar os meus parabéns a todos aqueles que vem dedicando o seu esforço e o seu saber a esta tarefa tão nobre.

E que os senhores e as senhoras – e todos os demais magistrados, membros do Ministério Público e servidores que integram o Poder Judiciário brasileiro – tenham um bom ano em 2010 e muito trabalho pela frente.

Obrigado.

(\$211A)



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**
